
OS USOS E ABUSOS DO OLHAR: CLASSIFICANDO CORPOS POR TRÁS DAS CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO

THE USES AND ABUSES OF LOOKING: CLASSIFYING BODIES BEHIND THE SURVEILLANCE CAMERAS

Diego Coletti Oliva¹

Carolina Ribeiro Pátaro²

RESUMO

O corpo das mulheres está em pauta, nas revistas, nas mídias, nos espaços privados (controle do peso, da comida, dos exercícios físicos) e nos espaços públicos (aborto, direitos sexuais e reprodutivos, sexualidade). As mulheres e seus corpos estão sendo controlados por diferentes dispositivos discursivos generificados. Tal controle é exercido por um olhar que muitas vezes não conseguimos apontar, que realoca corpos e subjetividades de mulheres a um lugar do puro prazer de olhar. São os micropoderes e os micro-olhares que legitimam, dia após dia, um corpo feminino em um lugar de violências amplas e agências reduzidas. Dentro destas microdinâmicas, abordaremos neste artigo como é observado e analisado o corpo feminino através das câmeras de videomonitoramento urbano numa cidade de grande porte do Brasil, contrapondo esses dados com experiências levantadas por outros estudos em diferentes cidades e contextos urbanos. Assim questionamos: o que as câmeras urbanas estão olhando? Como elas olham? Como é vista a figura feminina através das lentes e qual sentido dado a ela? Apoiamos este trabalho sobre uma experiência empírica de observação participante, feita entre fevereiro e abril de 2012, no interior de uma sala de controle central do sistema de videomonitoramento urbano. Dessa maneira, nosso objetivo é evidenciar a forma como os operadores do sistema de vigilância ‘usam e abusam’ do alcance das câmeras, não apenas para colocar em movimento práticas de securização urbana, mas também para reproduzir uma ordem de controle e sujeição sobre as mulheres que cruzam seu campo de visão. Por trás das lentes e dos monitores eletrônicos, os operadores reiteram um lugar particular ao corpo e gesto de mulheres, sob a proteção do olhar eletrônico que vigia e guarda os espaços públicos, invadindo os espaços privados, julgando e classificando os corpos, sexualidades e o direito de ir e vir das mulheres.

Palavras-chaves: Videomonitoramento. Corpo. Mulheres. Vigilância. Olhar.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba-PR, Brasil. *E-mail*: oliva.dc@gmail.com

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba-PR, Brasil. *E-mail*: carola.ribp@gmail.com

ABSTRACT

Women's bodies are on the agenda, in magazines, in the media, in private spaces (weight control, food, exercise) and in public spaces (abortion, sexual and reproductive rights, sexuality). Women and their bodies are being controlled by different gendered discursive devices. Such control is exercised by a gaze we often fail to point out, which reallocates the bodies and subjectivities of women to a place of pure pleasure of looking. It is the micropowers and the microlooks that legitimates, day after day, a female body in a place of broad violence and reduced agency. Within these microdynamics, we will discuss in this article how the female body is observed and analyzed through the urban video surveillance cameras in a large city of Brazil, countering this data with experiences raised by other studies in different cities and urban contexts. So we asked: What are urban cameras looking at? How do they look? How is the female figure seen through the lens and what sense is given to it? We support this work on an empirical experience of participant observation, made between February and April 2012, inside a central control room of the urban videomonitoring system. In this way, our goal is to highlight how surveillance system operators 'use and abuse' the reach of cameras, not only to put urban safety practices in place, but also to reproduce an order of control and subjection on women that cross its field of vision. Behind lenses and electronic monitors, operators reiterate a particular place to the body and gesture of women, under the protection of the electronic eye that watches over and guards public spaces, invading private spaces, judging and classifying bodies, sexualities and women's right to come and go.

Keywords: Video monitoring. Body. Women. Surveillance. Gaze.

INTRODUÇÃO

Muito já foi dito na literatura acadêmica sobre o tema da vigilância, um caminho que consideramos bastante amplo e importante para que pudéssemos chegar ao ponto da discussão que aqui pretendemos tratar. Existem inúmeras discussões envolvendo o tema do videomonitoramento na atualidade, desde as origens das práticas de vigilância no modelo panóptico de Jeremy Bentham e Michel Foucault, até o funcionamento e os efeitos do sistema de videomonitoramento urbano, passando pelos novos paradigmas trazidos pela vigilância eletrônica e pelo crescimento dos sistemas de videovigilância em diversas partes do mundo. Repetir esse percurso não nos parece interessante, visto que há muitos trabalhos de qualidade que oferecem um panorama bastante rico e bem elaborado sobre esse assunto (Norris, Moran & Armstrong, 1998; Bruno, Kanashiro, & Firmino, 2010; Brown, 1995; Fyfe & Bannister, 1994; Oliva, 2013); por esse motivo, parece-nos mais prático e mais sensato que avancemos rumo às colaborações que este trabalho pode oferecer aos estudos de vigilância: uma análise da atuação dos operadores de um sistema de vigilância eletrônica em espaços públicos; uma análise dos olhares humanos por trás das lentes das câmeras. Em toda a literatura dos estudos de vigilância, são poucos os trabalhos que se debruçam sobre esses objetos, também são poucos os que reconhecem a importância do elemento humano para a efetividade dos sistemas de videomonitoramento.

O que pretendemos demonstrar é exatamente a complexidade e a relatividade dos diversos processos e fatores que fazem parte da operação dos sistemas eletrônicos de vigilância, buscando compreender e analisar a forma como aqueles que trabalham observando as câmeras interagem com as imagens capturadas, como eles interpretam e atribuem significado àquelas imagens, assim como eles reagem à elas. Defendemos que somente ao considerarmos o elemento humano, que qualifica as imagens, é possível compreendermos com efetividade os sistemas de vigilância implantados por diversos espaços, públicos e privados, no mundo.

Para sustentar nossas afirmações, este artigo se baseia em alguns estudos empreendidos com objetos, ou, melhor dizendo, sujeitos de estudos similares realizados em diferentes países e contextos institucionais, mas que permitem que sejam observadas correlações paralelas às encontradas em nosso próprio trabalho de campo. Trabalho de campo esse que foi realizado por meio de um longo período de observação participante, no qual foi garantida nossa entrada na sala de controle de Monitoramento Eletrônico, responsável pelo monitoramento de 56³ das 175 câmeras de videomonitoramento urbano espalhadas pela cidade onde foi feito o trabalho. Dessa forma, permitindo que pudéssemos acompanhar o cotidiano do interior de uma sala de controle de vigilância eletrônica, observando as interações que tomavam lugar nessa situação social tão particular, tanto entre os operadores e as imagens das câmeras em seus monitores, quanto entre os próprios sujeitos dessa observação entre si, enquanto colegas de trabalho, e também a interação assimétrica entre observadores/observadoras e observados/observadas que resultou na dissertação de mestrado em Sociologia *Entre olhos eletrônicos e olhares humanos* (Oliva, 2013).

Durante os dois anos dedicados à realização desta pesquisa, além da observação participante e do convívio direto com os operadores das câmeras de vigilância da região central da cidade pesquisado, foram entrevistados os gestores do sistema junto à prefeitura, além disso, foi realizado o levantamento de importantes dados estatísticos e quantitativos sobre os efeitos das câmeras sobre os índices de criminalidade, tanto nos âmbitos de prevenção e reação, como também no caráter de viés probatório. Entretanto, tais dados não são o objeto do presente artigo, o que queremos visibilizar com este trabalho é o olhar dos operadores das câmeras de vigilância sobre os espaços públicos e, em especial, como esse olhar se lança sobre as mulheres e seus corpos.

Assim, começamos a discussão apontando para a forma como o olhar dos operadores é construído, como a interpretação e a atribuição de sentido às imagens das câmeras guia a atuação deles, influenciada por sua subjetividade, seus preconceitos e estereótipos. Em seguida, descreveremos como se dá o exercício prático desse olhar, partindo de uma suposta posição de poder dos observadores e observadoras sobre os observados e observadas, apontando para os principais alvos de sua observação, discutindo assim tanto quem são os vigias, como quem são os vigiados, dando especial atenção à forma como são observadas e vigiadas as mulheres e seus corpos.

³ Esses dados são referentes à data de conclusão desta pesquisa. De lá para cá o sistema de videomonitoramento da cidade tem sido ampliado constantemente.

A CONSTRUÇÃO DO OLHAR

Para aqueles que promovem o videomonitoramento como uma panaceia para o crime e a desordem nas ruas de nossas cidades, assim como para aqueles que alertam para o espectro do estado distópico de vigilância, há uma concepção em comum: de que o videomonitoramento realmente produz os efeitos que lhe são atribuídos... Neste sentido, ambos compartilham uma tendência a um determinismo tecnológico: uma crença inquestionável no poder da tecnologia, seja ele benigno ou maligno. (Norris & Armstrong, 1999, p. 9, tradução livre)⁴

Como Norris e Armstrong apontam na citação, a maior parte dos estudos sobre vigilância e, especialmente, sobre vigilância visual e videomonitoramento estão marcados por um determinismo tecnológico que limita a análise dos efeitos da presença das câmeras, assumindo de forma bastante ingênua que a sua operação se efetiva da maneira ideal para a qual foi planejada, ignorando assim o papel essencial do elemento humano por trás das lentes das câmeras.

Essa perspectiva de análise do videomonitoramento coloca os estudos de vigilância em uma posição normalmente teórica, quantitativa e estatística em suas observações e conclusões, também deixa de lado uma abordagem qualitativa da forma como os sistemas eletrônicos de vigilância são operados. A maioria dos autores parece se esquecer de que as câmeras não atuam de forma autônoma, nem são autoconscientes e só são efetivas na medida em que são monitoradas pelos seus operadores, que nada mais são do que indivíduos em uma situação de trabalho, com seus traços de humanidade como subjetividade, irracionalidade, sensações, disfunções e, por vezes, preconceitos em seu modo de olhar. São esses operadores que irão observar, interpretar e responder às imagens geradas constantemente pelas câmeras de vigilância espalhadas pelas ruas e praças da cidade. De fato, podemos afirmar, no limite, que sem esse triplo processo de observação, interpretação e resposta dos operadores a videovigilância seria absolutamente fútil e não traria efeito algum, tanto negativo quanto positivo.

Devido a esse olhar analítico dado às abordagens quantitativas sobre o videomonitoramento, relacionando seus efeitos a indicadores de violência e criminalidade urbanas, muito pouco foi produzido sobre o nível microsociológico dessas relações, relacionando atores, estruturas e instituições. Há uma relativa pobreza de dados empíricos sobre a real operação desses sistemas. Daí a importância deste e de outros trabalhos para se somar ao campo de estudos da vigilância e de segurança pública, para que por meio da comparação com os resultados que outros pesquisadores obtiveram em diferentes cidades e instituições seja possível generalizar alguns

⁴ Original: "For those who promote CCTV as the panacea to the crime and disorder on our city streets and for those who warn of the spectre of the dystopian surveillance state, there is a common assumption: CCTV actually produces the effects claimed for it ... In this way, both share a tendency towards technological determinism: an unquestioning belief in the power of technology, whether benign or malevolent." (NORRIS; ARMSTRONG, 1999, p. 9).

elementos e a partir daí construir teorizações capazes de analisar de forma menos determinista os impactos trazidos pelas câmeras de vigilância em nosso cotidiano.

Visando quebrar esse determinismo tecnológico, é útil compreendermos a forma como as imagens são interpretadas pelo operador, ou seja, compreender como o olhar humano dá significado tanto ao que está explícito nas imagens observadas através dos monitores quanto ao que está oculto nos gestos, comportamentos e atos dos sujeitos observados. Nesse sentido, é inestimável a contribuição de alguns autores da sociologia da fotografia e da imagem, como Boris Kossoy (2007, 2009) e Ana Maria Mauad (1996), que, apesar de discutirem a imagem fotográfica em sua obra, permitem que se construa uma perspectiva interessante e produtiva de análise da interpretação das imagens de vigilância.

Kossoy reconhece que o significado da imagem só existe graças a um ato de criação, tanto por parte daquele que registra a imagem, quanto daquele que a observa e interpreta posteriormente, o que, no caso do videomonitoramento, na maioria das vezes, realiza-se ao mesmo tempo a ação do operador, enquanto este controla a câmera e analisa a imagem observada em tempo real, salvo quando a imagem das câmeras de vigilância é utilizada depois para exercer seu poder de viés probatório⁵. E mesmo nesses casos, é válido levar em consideração que a própria evidência fornecida pelo registro em vídeo das câmeras de vigilância é um discurso visual construído pelo observador, marcado por uma elaboração técnica, cultural e estética, portanto ideológica, do operador da câmera, que, de forma direta ou indireta, é capaz de interferir na imagem produzida (Kossoy, 2007).

A historiadora Ana Maria Mauad caminha no mesmo sentido que Kossoy ao questionar o caráter indicial da imagem. Para a autora, longe de ser gerada automaticamente, a imagem é uma elaboração do real, resultante de um ato de investimento de sentido realizado pelo autor daquele discurso visual mediante uma série regras, inclusive de ordem técnica. “Por fim, há que se considerar a fotografia como uma determinada escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis, guardando esta atitude uma relação estreita entre a visão de mundo daquele que aperta o botão e faz ‘clic’” (Mauad, 1996, p. 77).

Nesse sentido, apesar de ser considerada como índice e testemunho, a imagem, tanto a fotográfica, quanto a gerada pelas câmeras de vigilância, encontra-se dentro de um espaço marcado por formas de representação, de imaginários culturais e por tensões que interferem nas condições de emissão e de recepção das imagens e para contextualizar a sua elaboração e interpretação.

A imagem deve, então, ser concebida como texto, como uma mensagem organizada constituída por expressão (técnica, estética, enquadramento etc.) e conteúdo (pessoas, objetos,

⁵ O poder de viés probatório é aquele que “se relaciona ao tempo passado, a um crime que foi cometido e concluído sob o escopo das câmeras e que teve suas imagens registradas pelas mesmas, de forma que a polícia ou a guarda municipal consegue usar as imagens como documento e prova do crime construindo um banco de dados para investigação e identificação do criminoso” (Oliva, 2013, p. 93).

lugares etc.), que só pode ser compreendida integrando todos os seus sentidos e analisando tanto o texto visualmente codificado, quanto o seu contexto social de origem e de recepção, “a imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas” (MAUAD, 1996, p. 83).

Pode parecer que essa aproximação entre a análise fotográfica e a construção do olhar dos operadores esteja flexibilizando demais os conceitos desses autores. Entretanto, vale lembrar que o que fazemos aqui é um esforço metodológico que, ao combinar esses diferentes elementos de análise, permite uma compreensão, em certa medida, inovadora da atuação dos operadores do sistema de videomonitoramento urbano. Assim como, ao trazer essas questões sobre a elaboração e interpretação da fotografia enquanto objeto de análise, chegamos bem próximos da atuação cotidiana do operador, que é, ao mesmo tempo, “fotógrafo” ao elaborar e construir o discurso visual, escolhendo qual câmera irá monitorar e controlando o alcance, o foco e a direção de seu escopo; e também é “observador”, ao analisar em tempo real as imagens e os discursos que ele próprio cria enquanto navega pelas câmeras de vigilância.

É aqui que a contribuição do interacionismo traz uma nova perspectiva de análise e colabora para uma compreensão mais profunda da prática da vigilância. Devemos lembrar que, mesmo mediada pelas câmeras de videomonitoramento, ocorre uma interação entre os observadores/observadoras e os observados/observadas, uma interação assimétrica (Goffman, 2010), na qual os observadores e observadoras têm um grau de controle das informações muito maior do que os observados, visto que os primeiros não precisam se preocupar com a informação que estão transmitindo, graças à sua “invisibilidade”, enquanto os últimos não são capazes nem de receber informações sobre os observadores e observadoras, nem de verificar as reações dos mesmos sobre a informação que estão enviando.

Destacamos que, como qualquer outra interação, ela se desenvolve na chave das expectativas dos envolvidos. Assim, são basicamente as expectativas dos operadores do sistema que irão definir as regras dessa interação, reger as interpretações e as reações dos operadores, definindo quem deve ser vigiado e de que maneira. Essa posição de relativo poder é ocupada pelos operadores de sistemas de videomonitoramento urbano, que, a partir da sala de controle, são capazes de exercer um controle disciplinar sobre os alvos da vigilância. Porém, é importante buscar outro lado dessa situação, uma perspectiva frequentemente ignorada pela maior parte da literatura sobre o assunto, mas que merece destaque.

Além da posição de poder, os operadores sofrem também uma opressão e controle constante do próprio sistema. No caso do Centro de Monitoramento pesquisado, os sujeitos trabalham longos turnos em uma pequena sala de controle, com paredes brancas e janelas altas e pequenas somente para entrada de alguma luz solar de onde observavam, por até 12 horas consecutivas, imagens sem som e repetitivas do movimento nas ruas do centro da cidade, sob a cobrança de identificar e prevenir a ocorrência de potenciais crimes e com, relativamente, baixos salários e pouco reconhecimento.

Por mais que haja momentos de excitação e até adrenalina, como nos momentos de batidas policiais e flagrantes, a maior parte do tempo o trabalho não passa de uma constante, inalterada e previsível rotina. Ainda assim, os operadores têm que continuar monitorando as câmeras o tempo todo, no caso de que algum desvio da ordem ocorra. Em certo sentido, os

operadores são prisioneiros das mesmas ferramentas que lhes dá poder. Na cidade pesquisada, a sala de videomonitoramento onde os operadores ficam também é monitorada por câmeras internas, observadas pelos gestores do sistema, superiores dos operadores das câmeras a partir do escritório sede da secretaria de defesa social, com o objetivo de monitorar e garantir que o trabalho dos operadores seja realizado conforme o esperado, ou seja, os observadores e observadoras também são observados numa hierarquia de olhares.

Gavin Smith, sociólogo na Universidade de Sydney (Austrália), realizou sua pesquisa na sala de controle de videomonitoramento de uma instituição universitária e apontou para considerações interessantes em relação ao trabalho dos operadores e sua relação com os “vigiados” por intermédio das câmeras (SMITH, 2004). Uma das principais questões levantadas pelo autor é o que ele irá chamar de “fator tédio” que nasce de uma rotina monótona e repetitiva de longas horas de trabalho observando imagens sem áudio que mostram praticamente nada, no interior de uma sala fechada, sem atributos marcantes, numa situação de trabalho com falta de incentivo e excesso de cobrança por resultados positivos.

Apesar de haver uma percepção de que o monitoramento consiste em uma tarefa interessante e, em certa medida, fácil pela oportunidade de observar e analisar o comportamento das pessoas no seu cotidiano sem ser visto, essa ideia rapidamente se desfaz e o trabalho de monitoramento se torna monótono e extremamente cansativo. Essa situação denota a dificuldade de esperar que alguém seja capaz de exercer a vigilância da forma que se espera, combatendo todos os tipos de comportamentos fora da ordem, com atenção e rapidez. Não é difícil imaginar como manter horas de atenção exclusiva às câmeras de vigilância nesse ambiente é praticamente impossível; então, para lidar com a rotina e o tédio do seu trabalho, os operadores põem em prática diversas “estratégias” informais para “passar o tempo” que testemunhamos durante a observação.

As idas e vindas à sala de controle eram comuns. Os operadores frequentemente se retiravam de seus postos para fumar um cigarro, tomar um café, ou simplesmente “esticar as pernas”. Da mesma forma, a atenção dos operadores repetidamente era direcionada para outros objetos, que não as câmeras de vigilância, enquanto liam o jornal, acessavam a internet em seus *notebooks*, estudavam para concursos públicos, assistiam filmes e jogavam. Nesses momentos, as câmeras eram deixadas em seu *tour* automático com pouca atenção dedicada a elas.

Em algumas ocasiões, até mesmo a forma como o monitoramento era posto em prática estava mais no sentido de “passar o tempo” do que de fato de exercer a vigilância, como quando os operadores olhavam preços nas vitrines das lojas, acompanhavam situações inusitadas e pessoas conhecidas que passavam sob o escopo das câmeras, direcionavam-nas para vigiar seus próprios carros, ou até “brincavam” com sistema, tentando abrir 20 câmeras simultaneamente no mesmo computador.

Ainda que essas estratégias para “passar o tempo” sejam formas de transgressão do sistema de vigilância eletrônica, dos controles impostos sobre os observadores e de resistência às condições frustrantes desse ambiente de trabalho, não podemos afirmar que essa subversão de atuação formal subtraia o potencial de efetividade do sistema de videomonitoramento. Ao contrário, segundo Smith (2008) e a pesquisa aqui relatada, os operadores geralmente

empregam essas táticas exatamente para prevenir uma sobrecarga informacional e garantir certo alívio de um trabalho extremamente exaustivo, tanto fisicamente como também psicológica e emocionalmente. Nesse sentido, essas estratégias, ao invés de atrapalhar o exercício da vigilância, podem até aumentar a produtividade e a efetividade do trabalho desses operadores.

Outra “estratégia” também observada por Smith pode ser interpretada para além de uma simples forma de “passar o tempo”, mas sim uma espécie de resistência dos operadores ao seu ambiente de trabalho. Esse ponto foi possível de confirmar pelas conversas realizadas durante a pesquisa com os operadores sobre o seu trabalho e sua relação com as instituições envolvidas. Ficou claro que de fato são baixos os salários e quase inexistentes os incentivos e o reconhecimento para o trabalho realizado pelos operadores. Porém, os gestores do sistema estão cientes de que o número de operadores do centro de monitoramento pesquisado é muito baixo para o número de câmeras que devem ser monitoradas, nos horários com maior número de operadores são seis pessoas para monitorar 56 câmeras – de segunda a sexta-feira em horário comercial, no período da noite e nos finais de semana são apenas quatro pessoas para realizar o mesmo serviço –, além de o próprio sistema impor limitações ao trabalho dos operadores, pois diversas câmeras estão com problemas de funcionamento e outras até inativas necessitando de manutenção.

VIGILÂNCIA VOYEUR OU O VOYEURISMO DA VIGILÂNCIA

Um ponto interessante sobre a forma como o olhar é exercido é levantado por Norris e Armstrong (1999), e traz a importante questão de gênero ao debate: o poder do olhar direcionado às mulheres que andavam pelos espaços, que, nos estudos empreendidos por estes autores, era normalmente exercida apenas por razões *voyeurísticas*, ou seja, olhar sem ser visto com o intuito de suscitar o prazer e o desejo, ligando tal ideia diretamente à sexualidade. O ambiente estudado pelos autores, a sala de controle dos sistemas de videomonitoramento, era marcado pela exclusividade de operadores do sexo masculino.

O mesmo fenômeno *voyeur* foi encontrado na sala de controle estudada e relatada neste artigo. No entanto, no local onde trabalham seis operadores durante o horário comercial, normalmente dois ou três desses sujeitos são mulheres, retirando a exclusividade encontrada por Norris e Armstrong e relatada anteriormente. Era apenas no período da noite que somente quatro operadores ficavam em serviço que a presença masculina tornava-se exclusiva.

Dentro do contexto de trabalho relatado, uma das formas de passar o tempo e exercer o poder do olhar dentro da sala de monitoramento eram os zooms e comentários sobre os corpos femininos capturados pelas câmeras. Durante a observação realizada, o assédio constante e invisível sobre as mulheres que circulam nas ruas de espaços públicos centrais na cidade foi notável. Os corpos generificados das mulheres eram constantemente classificados e alvos de comentários, principalmente dos operadores do sexo masculino, frequentemente “vigiando” seios, coxas e bundas, mas, curiosamente, também eram comentados pelas mulheres operadoras, que, quando não legitimavam os comentários masculinos, faziam críticas e comentários sobre

as roupas, cabelos e acessórios das mulheres observadas, ou seja, trazendo também um olhar generificado para os corpos através das câmeras.

Temos que considerar que tal modo de olhar é um sintoma das relações sociais; como nos aponta Berger (1999), o olhar é uma relação entre imagem, palavras e significados que afetam nossas escolhas, mas também são afetados por ela. Nas palavras do autor, “toda imagem incorpora uma forma de ver” (Berger, 1999). Queremos assinalar com isso que tais reações *voyeuristas* não estão deslocadas de um contexto social de desigualdade, no qual o corpo das mulheres está sendo observado, julgado, analisado das mais diferentes formas, seja através dos elogios, das críticas, ou, de forma destacada aqui, através dos olhares. Claramente, tais modos de ver são culturais e estão conectados a todos os momentos com relações de poder e da forma como entendemos o corpo e as sexualidades.

Dados trazidos pelo Think Olga⁶ nos dão uma perspectiva da circulação das mulheres por espaços públicos: cerca de 98% das 7.762 mulheres relatou que a “cantada”, ou seja, o assédio verbal recebido ocorreu na rua. Tais dados também foram utilizados numa campanha chamada “Chega de Fiu Fiu”, lançada em 2013, com o intuito não só de denunciar, mas também de educar para uma possível mudança nessa circulação, tornando espaços mais seguros. Dentro das salas de controle, esse processo acontece de forma ainda mais complexa, pois a interação face a face é trocada pela câmera, mudando a forma de interação entre os sujeitos e demonstrando a desigualdade de posições entre o observador e o observado.

Além dos comentários e assédios invisibilizados por trás das lentes das câmeras, foi o contato realizado com uma espécie de arquivo visual mantido pelos operadores. Uma pasta salva no disco rígido de um dos computadores da sala de controle, onde eram mantidos vídeos e *screenshots* de flagras de cenas de sexo capturadas pelas câmeras de vigilância, além de closes em decotes e bumbum de mulheres caminhando pelas ruas da cidade. Mais do que um assédio momentâneo, ocorre ali um assédio continuado, no qual as imagens dos corpos das mulheres ficavam armazenadas nos computadores do sistema de videomonitoramento urbano de forma que possam ser resgatadas pelos observadores e observadoras sempre que lhes for “conveniente”. O contato com essas imagens, por exemplo, deu-se quando um dos operadores julgou que seria interessante e divertido nos mostrar essas cenas, o que foi feito com a participação entusiasmada de todos os operadores presentes, tanto homens quanto mulheres presentes na sala. Essa segmentação do olhar e da violência dirigido às imagens de mulheres nos traz questões fundantes dentro das teorias de gênero e feministas, por exemplo, como se dá essa diferença e essa autonomia de controle do corpo feminino?

Um fato importante a ser considerado e que nos ajuda a compreender as relações estabelecidas naquele contexto é que entre os corpos de mulheres havia também imagens e vídeos de travestis que circulavam ou trabalhavam pelas ruas. Algumas trabalhadoras do sexo

⁶ Esses dados podem ser encontrados no site: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa>>. Acesso em: 10 out. 2017.

tenham destaque dentro da coleção arquivada. Pessoas abjetas que, naquele contexto, tomavam um novo lugar, saindo da invisibilidade para a “sexualização”. Uma característica interessante do monitoramento *voyeur* que direciona o olhar à feminilidade, mais do que necessariamente aos corpos de mulheres. Compreendemos, dessa forma, que o olhar dos operadores estava direcionado às marcas caracterizadas como femininas, por exemplo, seios, coxas grossas, bunda grande, além disso, só importava satisfazer o prazer de olhar.

Para aprofundarmos essa análise, as ideias de Laura Mulvey, que parte das ideias de Freud e Lacan, combinando com uma perspectiva feminista, a autora vai nos mostrar que o olhar masculino é predominante no modo de olhar, justamente pelas disposições discursivas generificadas a que estamos todas e todos incluídos, assim, a mulher será olhada mais do que um simples corpo, será mirada a partir dos traços do feminino:

O olhar masculino determinante projeta sua fantasia na figura feminina, estilizada de acordo com essa fantasia. Em seu papel tradicional exibicionista, as mulheres são simultaneamente olhadas e exibidas, tendo sua aparência codificada no sentido de emitir um impacto erótico e visual de forma a que se possa dizer que conota a sua condição de “para-ser-olhada”. [...] ela sustenta o olhar, representa e significa o desejo masculino. (Mulvey, 1983, p. 444).

É importante problematizar a apropriação dos corpos das mulheres ou dos corpos feminilizados por esses observadores e observadoras. Por mais invisíveis que estejam atrás das câmeras, eles exercem uma forma de abuso por meio do controle sobre os corpos que passam nas ruas. A objetificação do corpo feminino está imbricada em uma relação de poder que foi culturalmente interiorizada, mas se torna necessário questionar por que esses indivíduos consideram tão “natural” falar, focar e valorar um corpo feminino sem permissão, mas com total permissividade.

Para compreender tal relação de poder, a pesquisadora Susan Amussen ressalta que, nas sociedades ocidentais, os homens cumprem um papel dentro de uma chave binária onde acredita que “os homens devem aprender a ser dominadores e ativos e as mulheres a serem submissas; se as mulheres devem ser castas, os homens devem conhecer os limites nos quais eles podem atentar contra esta castidade” (Amussen, 1980). É dentro dessa chave binária de performances que os operadores se colocam como os “analísadores”, detentores do poder do olhar, perpetuando nesse gesto uma sociedade que dá mais poder à posicionalidade do masculino do que feminino.

Como nos aponta Mulvey, dentro dessas diferenças construídas há o olhar masculino, que vai além do olhar do homem. É um tipo de olhar que se construiu nas narrativas da modernidade e que mira as coisas de uma forma específica. Encontramos esse olhar masculino dentro da sala de videomonitoramento, tanto entre as mulheres quanto entre os homens lá presentes.

O olhar então, embora dividido entre a forma de olhar masculina e a forma de olhar feminina, não separa pelos sexos, mas sim pelas formas de ser e de ver masculina e a forma de ser e ver feminina, que são produtos de relações sociais, colocando as mulheres também como possíveis espectadoras com um modo de olhar masculino. Assim, a imagem transborda a tela e coloca-se diretamente em contato com as condições sociais dando a nós os diferentes modos de ver.

Tal situação também é fruto de uma sociedade heteronormativa, que, como aponta Judith Butler, alia com a aparência de algo natural a tríade sexo/gênero/desejo: mulheres como seres passivos e objetos do olhar masculino, homens como o ativo e sujeito do olhar masculino e masculinizado. Contudo, essas questões são parte de uma discursividade de poder imposta a partir de ideias e conceitos repetidos de forma incessante e coercitiva. Compreendemos então que tal poder do olhar masculino é um discurso social que foi sendo naturalizado, o que o torna construído no envolvimento de uma organização fálica da sociedade. (Butler, 2010).

É por essa organização fálica, no contexto centrada no olhar masculino, que compreendemos que as violências simbólicas de gênero estão se desenvolvendo através desse olhar invisível, invisibilizado e exercido pelos e pelas vigilantes, homens e mulheres. Consideramos também que esses e essas vigilantes sentem legitimidade e liberdade em guardar pastas digitais com imagens recortadas de mulheres que não consentiram em ceder sua imagem, por serem frutos dessa sociedade falocêntrica e heteronormativa que dá aos indivíduos uma pretensa liberdade sobre os corpos das mulheres, tanto para julgá-los como para observá-los e desejá-los.

Quando vamos pensar na relação estabelecida entre a tela, o operador e a pessoa feminina que era observada e tinha sua imagem armazenada, podemos compreender de forma sociológica a relação com o imaginário da pornografia, ou seja, o consumo do prazer através da reificação dos corpos feminilizados. Tal imaginário não está separado do que foi dito até aqui, mas faz parte da construção da mirada generificada, ou seja, usualmente pautada pelo modo de olhar masculino, que coloca na tela os desejos, até aqueles mais incompreendidos ou condenáveis pelos arquitetos da moral. Contudo, é fundamental trazer ao debate a ideia já colocada por Williams: “Imagens em movimento são certamente a educação sexual mais poderosa que a maior parte de nós vai receber” (Williams, 2012, p. 20).

A partir das imagens em movimento, frutos de um consumo pornográfico dos mais diferentes tipos de materiais, muito das nossas construções sobre sexualidade acabam sendo retomadas para serem colocadas em diferentes espaços. A questão mais importante para compreendermos nesse momento é justamente pensar que, mesmo dentro de um espaço de trabalho, que implica alguns consensos éticos e morais, esse potente imaginário transgride as normas, e o olhar masculino se sobrepõe, quebrando o tédio e as condições de trabalho maçantes para fazer de corpos femininos e feminilizados um local de passatempo e de observações, discursos que reificam algumas posicionalidades dos sujeitos nos velhos binários.

Os imaginários que se constroem sobre as sexualidades são frutos de complexas relações sociais, como vimos, uma naturalização dos modos de olhar, um imaginário pornográfico que vem de diferentes formas de consumo do sexo, as posicionalidades de gênero, assim como, as próprias condições de trabalho maçante a que são submetidos os sujeitos. Relações então permeadas por gênero, classe, cultura e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos assim como o corpo das mulheres é reificado pelo olhar *voyeurista* e masculino ativo dos operadores e operadoras das câmeras de vigilância e, transformado conceitos em

realidades concretas, assim, reificando estas, assediado pelo olhar que supostamente serviria para garantir segurança e proteção. Tal reificação não acontece somente no contexto observado para este artigo, mas se repete no interior de outras salas de controle de diferentes sistemas de videomonitoramento, como podemos inferir pela comparação com os estudos de Norris e Armstrong (1997; 1999) e de Smith (2004; 2007). Mais do que exercer seu papel de vigilantes, assegurando a segurança nos espaços, os operadores vigiam e julgam também os corpos que passam sob o escopo de suas câmeras, classificando-os de acordo com seus desejos.

Dentro desse contexto, ressaltamos que a eficácia de um sistema de videovigilância, tanto em espaços públicos, como os analisados neste artigo, mas também em espaços privados e diferentes contextos sociais, culturais e institucionais, parece depender de forma muito mais profundamente da atuação dos operadores e suas condições de trabalho do que das tecnologias sobre as quais se apoia. É, sobretudo, por esse motivo que não podemos analisar e/ou avaliar um sistema de monitoramento baseado na efetividade ideal das câmeras, a função do operador é crucial na medida em que é ele que irá dotar de sentido os milhões de cenas gravadas pelas câmeras.

Ao fazer isso, o operador não age de forma maquínica e neutra, ao contrário, o operador colocará em sua interpretação das imagens monitoradas, mesmo que de forma inconsciente com toda a sua subjetividade. Sua leitura do que se passa diante dos olhos eletrônicos das câmeras de videomonitoramento refletirá os estereótipos reproduzidos por seu próprio contexto social, revelará seus preconceitos e também seus medos. É o elemento humano que fará com o que o sistema de videomonitoramento reproduza os discursos que legitimarão o sistema, tanto para a área da segurança e da proteção contra a violência, quanto o discurso do medo da diferença, da exclusão e do desaparecimento dos indesejáveis.

É apenas estudando a chave observação-interpretação-reação dos operadores, bem como suas próprias subjetividades, que seremos capazes de compreender o complexo funcionamento da vigilância e do controle social postos em movimento pelos sistemas de videomonitoramento urbano contemporâneos. Da mesma forma que, ao olhar esses sujeitos em um espaço de trabalho, que encontramos ainda as reificações sociais trazidas de forma pungente nas suas relações com as imagens. O olhar do espectador, seja no trabalho, seja no cinema, seja na pornografia, dará significância aos processos que são construídos na tela, por isso, pensarmos as relações sociais que estão imbricadas nessas relações tem se mostrado cada vez mais fundamental para a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- AMUSSEN, S. D. (1985). Féminin/Masculin: le genre dans l'Angleterre de l'époque moderne. *Annales ESC*. Paris, FR, 2(40).
- BENTHAM, J. (2006). *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BERGER, J. (1999). *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco.
- BUTLER, J. (2010). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (3rd ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- GOFFMAN, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GOFFMAN, E. (2010). *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, M. (2004). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- KANASHIRO, M. M. (2006). *Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, Campinas-SP, Brasil.
- KANASHIRO, M. M. (2008). Surveillance cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation and the new meanings of security. *Surveillance & Society*, 5(3), 270-289.
- KANASHIRO, M. M. (2009). Mobilidade como foco das tecnologias de vigilância. *Revista Brasileira Ciências Sociais* 24(71), p. 41-54.
- KOSSOY, B. (2007). *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo* (2a ed.). São Paulo: Atêlie Editorial.
- KOSSOY, B. (2009a). *Realidade e ficções na trama fotográfica*. (4a ed.). São Paulo: Atêlie Editorial.
- KOSSOY, B. (2009b). *Fotografia & História* (3a ed.). São Paulo: Atêlie Editorial.
- MALUF, S. W., MELLO, C. A. de, & PEDRO, V. (2005). Políticas do olhar: feminismo e cinema em Laura Mulvey. *Revista Estudos Feministas*, 2(13), p. 343-350.
- MULVEY, L. (1975). Visual pleasure and narrative cinema. *Screen* 16(3), 6-18. Retrieved November 11 2017, from doi:10.1093/screen/16.3.6
- NORRIS, C., ARMSTRONG, G. (1997). *The unforgiving eye: CCTV Surveillance in public space*. Hull: University of Hull.
- NORRIS, C., ARMSTRONG, G. (1999). *The maximum surveillance society: the rise of CCTV*. Oxford: Berg.
- OLIVA, D. C. (2013). *Entre olhos eletrônicos e olhares humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- SMITH, G. (2004). Behind the screens: examining constructions of deviance and informal practices among CCTV control room operators in the UK. *Surveillance & Society*, 2(2/3), 376-395.
- SMITH, G. (2007). Exploring relations between watchers and watched in control (led) systems: strategies and tactics. *Surveillance & Society*, 4(4), 281-313.
- SOUZA, N. R. (1999) *Planejamento urbano: saber e poder*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil.

Recebido em: 17-10-2017

Primeira decisão editorial: 13-11-2017

Aceito em: 18-11-2017

